Medidas legais de 13 de junho de 2023

Extrato das publicações do Diário Oficial da União (DOU) de interesse do setor de TI

Ato Normativo	Ementa / Explicação
<p>Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023</p> <p>Visualizar medida</p>	<p><i>“Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada”.</i></p> <p>Explicação: institui política pública sob coordenação estratégica do MEC no que diz respeito às políticas, programas e ações decorrentes do Compromisso, com a finalidade de garantir o direito à alfabetização das crianças brasileiras. As estratégias de implementação do Compromisso serão operacionalizadas por meio de políticas, programas e ações integradas nos seguintes eixos estruturantes: (I) governança e gestão da política de alfabetização; (II) formação de profissionais da educação e melhoria das práticas pedagógicas e de gestão escolar; (III) melhoria e qualificação da infraestrutura física e insumos pedagógicos; (IV) sistemas de avaliação; e (V) reconhecimento e compartilhamento de boas práticas.</p> <p>Nesse sentido, ato do ministro da Educação estabelecerá as estratégias e os prazos para a implementação de ações complementares que garantam o direito à alfabetização das populações específicas, observadas as modalidades previstas na Lei nº 9.394/1996: (i) educação de jovens e adultos; (ii) educação especial; (iii) educação bilíngue de surdos; (iv) educação do campo; (v) educação escolar indígena; e (vi) educação escolar quilombola.</p> <p>Ademais, compete ao MEC apoiar a melhoria e a expansão da infraestrutura física e pedagógica das escolas, por meio de projetos de manutenção, reforma e ampliação no âmbito do Plano de Ações Articuladas (PAR) e do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).</p> <p>Para mais, ficam instituídos: (a) o Comitê Estratégico Nacional do Compromisso (Cenac), no âmbito do MEC, com a finalidade de realizar a governança sistêmica do Compromisso e colaborar com a formulação e a pactuação de esforços de implementação de políticas, programas e ações em defesa da garantia do direito à alfabetização; e (b) a Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização (Renalfa), com a finalidade de garantir a gestão das ações pactuadas no Compromisso.</p> <p>Fica revogado o Decreto nº 9.765/2019.</p>
<p>Portaria GM/MMA nº 516, de 12 de junho de 2023</p> <p>Visualizar medida</p>	<p><i>“Institui o Comitê de Governança Digital (CGD) no âmbito do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)”.</i></p> <p>Explicação: institui Comitê com a finalidade de planejar, coordenar e integrar as iniciativas estratégicas relacionadas à TIC e à Gestão da Informação.</p> <p>O CGD será órgão de caráter permanente e terá funções consultivas e deliberativas, tendo como objetivo determinar as prioridades dos programas de investimentos e de custeio em TIC, bem como todas as iniciativas correlatas à TI, visando assegurar</p>

a qualidade, eficiência e eficácia das atividades e ações que dão suporte ao cumprimento da missão institucional do MMA.

O Comitê será **composto** por: **(I)** Secretaria-Executiva (SE); **(II)** Secretaria Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais (SBIO); **(III)** Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental (SQA); **(IV)** Secretaria Nacional de Mudança do Clima (SMC); **(V)** Secretaria Nacional de Bioeconomia (SBIOECONOMIA); **(VI)** Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável (SNPCT); **(VII)** Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial (SECD); **(VIII)** Serviço Florestal Brasileiro (SFB); **(IX)** Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação; e **(X)** Tratamento de Dados Pessoais.

Entre as **competências** do CGD estão: **(i)** monitorar e avaliar a gestão de TIC do MMA; **(ii)** definir prioridades na formulação e execução de planos, projetos e **investimentos em TIC para o Ministério**; **(iii)** sugerir, monitorar e propor alterações à proposta orçamentária específica para as ações de TIC; e **(iv)** orientar o estabelecimento e o funcionamento de parcerias com outros órgãos e entidades privadas e públicas em temas relacionados à governança digital, em especial o **compartilhamento de bases de dados** na administração pública federal.

Fica revogada a [Portaria MMA 194/2021](#).

Esta Portaria entra em vigor em 21 de junho de 2023.

Solução de Consulta RFB nº 107 de 6 de junho de 2023

[Visualizar medida](#)

Assunto: IRRF, CIDE, PIS/Pasep e Cofins

Licença de uso de software. Pagamento, crédito, entrega, emprego ou remessa para o exterior. Usuário final. Aquisição ou renovação. **Royalties.** Tributação.

Esclarece que os valores pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos a residente ou domiciliado no exterior, pelo usuário final, para fins de **aquisição ou renovação de licença de uso de software**, independentemente de customização ou do meio empregado na entrega, **caracterizam royalties e estão sujeitos à incidência de Imposto sobre a Renda na Fonte (IRRF)**, em regra, sob a **alíquota de 15%**.

Na hipótese de o beneficiário ser residente ou domiciliado em país com tributação favorecida, a alíquota do **IRRF sobre os royalties devidos pela licença de uso de software será de 25%**.

Já a **Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico** não incide sobre a remuneração a residente ou domiciliado no exterior pela licença de uso de programa de computador (**software**), incluindo a **aquisição de versão de atualização do software**, através de nova licença ou prorrogação do prazo da licença original, **salvo quando envolver a transferência da correspondente tecnologia**.

No **contrato de licenciamento de uso de softwares** a obrigação de fazer está presente no **esforço intelectual**, seja a aquisição por meio físico ou eletrônico, o que configura **contraprestação**

por serviço prestado os valores pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos a beneficiário residente ou domiciliado no exterior como remuneração decorrente dessa adesão, incidindo a **Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e Cofins-Importação** sobre tais valores.

A **Contribuição para o PIS/Pasep-Importação** e a **Cofins-Importação** incidem sobre os valores pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos a residentes ou domiciliados no exterior, como **contraprestação à prestação de serviços decorrentes de contratos de licenciamento de uso de softwares**, como a **manutenção e o suporte** a esses relacionados.

Ato de Pessoal	Objetivo
<p>Portaria de Pessoal MDIC nº 751, de 7 de junho de 2023</p> <p>Visualizar medida</p>	<p>Designar: <u>Pedro Areas Burlandy</u> para exercer, pelo período de 4 a 15 de julho, o encargo de substituto do Presidente do Instituto Nacional da Propriedade Intelectual do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (INPI/MDIC), código CCE 1.17.</p>
<p>Portaria MEC nº 1.082 de 12 de junho de 2023</p> <p>Visualizar medida</p>	<p>Designar: <u>Ricardo Magalhães Dias Cardozo</u> para exercer o encargo de substituto do Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira do Ministério da Educação (INEP/MEC), código CCE 1.17.</p>
<p>Portaria CC/MEC nº 2.547, de 12 de junho de 2023</p> <p>Visualizar medida</p>	<p>Exonerar: <u>Cybele Amado de Oliveira</u> do cargo de diretora de Formação Docente e Valorização de Profissionais da Educação da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC), código CCE 1.15.</p>
<p>Portaria CC/MMA nº 2.548, de 12 de junho de 2023</p> <p>Visualizar medida</p>	<p>Nomear: <u>Gustavo Henrique Moreira Alvares da Silva</u> para exercer o cargo de diretor de Planejamento, Administração e Logística do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (IBAMA/MMA), código CCE 1.15.</p>
<p>Portarias MEC nº 1.069 e 1.070, de 7 de junho de 2023</p> <p>Visualizar medida</p>	<p>Designar: <u>Pedro Luiz Rosalen</u> para exercer o encargo de substituto de diretor de Desenvolvimento da Educação em Saúde da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (GM/MEC), código CCE 1.15, dispensando <u>Maria Cristina Manno</u> do respectivo cargo.</p>
<p>Portarias de Pessoal SE/MTE de 7 de junho de 2023</p> <p>Visualizar medida</p>	<p>Designar: <u>Viviane de Jesus Forte</u> para exercer o encargo de substituta do cargo de diretor de Segurança e Saúde do Trabalhador, da Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (SIT/MTE), FCE 1.15, dispensando <u>Marcelo Naegele</u> da função.</p>
<p>Portaria de Pessoal MGI nº 5.926 de 12 de junho de 2023</p> <p>Visualizar medida</p>	<p>Designar: <u>Flávio Dino de Castro e Costa</u> para exercer a representação titular do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, junto ao Conselho Fiscal do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).</p>

<p>Portaria SGA/AGU nº 944, de 5 de junho de 2023</p> <p>Visualizar medida</p>	<p>Designar: <u>Luiz Francisco Stefanello Maioli</u> para exercer o cargo de coordenador de Cobrança Judicial da Subprocuradoria-Geral Federal de Cobrança Judicial da Advocacia Geral da União (CGCOB/AGU), código FCE 1.10.</p>
<p>Portaria MCID nº 668, de 7 de junho de 2023</p> <p>Visualizar medida</p>	<p>Designar: <u>Walter Januzzi</u> para exercer o cargo de coordenador de Orçamento da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério das Cidades (SE/MCID), código FCE 1.10.</p>
<p>Portaria MCID nº 670, de 7 de junho de 2023</p> <p>Visualizar medida</p>	<p>Designar: <u>Rodrigo Adriano Machado Varela</u> para exercer o cargo de coordenador de Planejamento do Departamento de Gestão Estratégica e Informações do Ministério das Cidades (SE/MCID), código FCE 1.10.</p>
<p>Portaria MCID nº 671, de 7 de junho de 2023</p> <p>Visualizar medida</p>	<p>Designar: <u>Renan Lange Holdorf</u> para exercer o cargo de coordenador de Gestão Estratégica do Departamento de Gestão Estratégica e Informações do Ministério das Cidades (SE/MCID), FCE 1.10.</p>
<p>Portarias MF nº 527 de 6 de junho de 2023</p> <p>Visualizar medida</p>	<p>Designar: <u>Henrique Lobo de Souza Pinheiro</u> e <u>Yohana Valeria Zavattiero Tognolo</u> para exercer o cargo, nesta ordem e sucessivamente de substituto de coordenador-geral de Desenvolvimento Institucional da Subsecretaria de Assuntos Corporativos da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda (STN/MF), código FCE 1.13.</p>
<p>Portaria ANPD/MJSP nº 92, de junho de 2023</p> <p>Visualizar medida</p>	<p>Designar: <u>Tainá Flor Bento Mota</u> para exercer o encargo de substituta do cargo de coordenador-geral de Relações Institucionais e Internacionais da Autoridade Nacional de Proteção de Dados do Ministério da Justiça e Segurança Pública (ANPD/MJSP), FCE 1.13.</p>
<p>Portaria de Pessoal SEPLAN/MPO N° 442, de 12 de junho de 2023</p> <p>Visualizar medida</p>	<p>Designar: <u>Gustavo Teixeira Lino</u> para exercer o cargo de coordenador-geral de Programas Econômicos da Diretoria de Programas das Áreas Econômicas e Especiais da Secretaria Nacional de Planejamento do Ministério do Planejamento e Orçamento (SEPLAN/MPO), FCE 1.13.</p>

Observação: É possível ter acesso aos textos das íntegras das medidas por meio do link localizado abaixo da identificação de cada ato